

À sociedade cabe decidir

Impostos, gastos e cortes de gastos são problemas da sociedade, antes de serem problemas do governo, lembrou o presidente do Banco Central, Gustavo Franco. O equilíbrio fiscal, em outras palavras, é apenas parcialmente uma questão técnica. O lado técnico é simples: o setor público só pode gastar um total financiável por tributos e por empréstimos de custo suportável. Quando esse esquema falha, o País cai na inflação. O lado político é mais complexo. É preciso conciliar os desejos das pessoas e dos grupos e definir tarefas para o governo. Mas é preciso também conciliar essas tarefas com a carga tributária aceitável para a sociedade. Escolhas e cortes, portanto, ocorrem o tempo todo, mesmo quando só uma parte das pessoas tem consciência disso. O drama da escolha apenas fica mais visível nos momentos de crise, quando são necessárias medidas mais dolorosas. Mas a questão política é essencialmente a mesma. Alguns dificilmente percebem este ponto, enquanto outros têm pouco interesse em falar do assunto, porque isso implicaria confrontar os custos e benefícios dos vários grupos.

Ao apontar o sentido político do ajuste, o presidente do BC inverte os termos da conversa corrente. O setor privado fez a sua parte, segundo esse discurso, e agora cabe ao governo fazer a sua. Isto mostra uma parte da história e deixa no escuro

uma grande parcela. Para começar, tem pouco sentido tratar o governo como se fosse uma entidade separada e autônoma. O poder público e seu orçamento refletem escolhas definidas no jogo de poder – no Congresso e, antes daí, no dia-a-dia das articulações sociais. A Constituição, com todas as suas vinculações e transferências, é produto desse jogo e condiciona as finanças públicas. O uso do governo para criar empregos diretos – o inchaço dos quadros, em alguns Estados e municípios é inegável – também resulta de atos políticos. Isenções fiscais e subsídios tributários ou financeiros são igualmente decisões políticas, antes de serem questões contábeis, assim como a estrutura da Previdência, os lentos mecanismos de cobrança de impostos atrasados e o próprio sistema de emendas orçamentárias. Quando se lembram todos esses pormenores, que sentido tem acusar o “governo” de haver descumprido sua parte?

O “governo”, considerado dessa forma estreita, geralmente “descumpre” sua parte por causa de limites criados politicamente. Se os funcionários são estáveis, torna-se difícil reduzir os quadros de pessoal. Daí a importância de regulamentar-se com ur-



gência a reforma administrativa. Se o sistema previdenciário é inconsistente em termos financeiros, o ajuste será inviável, no Brasil, enquanto a inconsistência for mantida. No caso brasileiro, bastaria eliminar o déficit previdenciário para equilibrar as contas primárias, isto é, calculadas sem a despesa de juros. Mas a questão das aposentadorias, como todas as demais, é um problema de preferências determinadas socialmente. É indispensável conciliar es-

sas preferências com os meios disponíveis, cortando outros gastos e/ou elevando a receita pública. O mesmo raciocínio vale para todos os demais itens das contas públicas. Quando se fala em diminuir incentivos ou em reduzir a renúncia fiscal, nenhum setor se dispõe a perder benefícios. Da mesma forma, dificilmente um governador ou prefeito admite estar gastando demais, porque o custo político de arrumar as contas poderia ser muito alto.

É preferível, têm afirmado empresários e outros contribuintes, equilibrar as contas públicas pelo corte de gastos, evitando a elevação de impostos. Isto só tem sentido quando se mostra como cortar e como evitar, portanto, a alternativa da maior tributação. “Cortes e impostos são assuntos que a socie-

dade deve decidir através de seus representantes no Parlamento”, diz Gustavo Franco e acrescenta que “os representantes do povo devem decidir se preferem cortar atividades, investimentos ou aumentar impostos”. Não há como evitar, em qualquer caso, o limite representado pelos meios disponíveis. Mais que contábil, esse é um limite real, porque o governo é incapaz de produzir seus meios: ele apenas pode captá-los de um lado e aplicá-los de outro. Se os cortes atingissem apenas essa estranha entidade chamada “governo”, a questão seria simples. Mas essa é uma visão ingênua: os atingidos – funcionários públicos, agricultores, ex-

A limitação de recursos é um problema técnico; a decisão sobre como fazer o ajuste é política

portadores, assalariados, empresários de uma zona franca ou crianças consumidoras da merenda escolar – são parte da sociedade e seus interesses têm algum significado político. No fundo, trata-se de pesar esses interesses.

Eis aí esboçada, pelo tecnocrata Gustavo Franco, a campanha de mobilização da sociedade pelo ajuste fiscal que cabe ao presidente Fernando Henrique liderar.